

Simonsen acha difícil aplicar um choque fiscal sem alterar Carta

24 NOV 1989

600 - BNP

ARQUIVO

A nova Constituição brasileira precisa ser alterada para que o próximo Presidente possa implementar seu programa de reformas econômicas já no ano que vem. Segundo o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, com a votação do Orçamento de 1990 pelo Congresso e as limitações constitucionais, a margem de manobra do novo Governo será muito estreita, deixando pouco espaço para aplicar o choque fiscal exigido pela grave situação do País, ainda no primeiro ano de mandato.

Por isso, Simonsen propôs no seminário "Banco Central 25 anos" a aprovação da emenda Dornelles, que muda o início do ano fiscal de primeiro de janeiro para primeiro de julho. Dessa forma, o próximo Presidente e seus sucessores teriam maior liberdade para fazer seu próprio orçamento, não ficando manietados por uma lei de recursos elaborada por seu antecessor. Para Simonsen, as medidas impopulares e de austeridade precisam ser tomadas no início do Governo porque, se ficar para mais tarde, a situação, que já não é boa, se deteriorará. O próximo Governo, acrescentou, não tem tempo a perder.

No último dia do seminário, que comemora os 25 anos do Banco Central, o tema abordado foi "As perspectivas das economias brasileira e internacional". O ex-ministro da Fazenda disse



Simonsen quer mudar ano fiscal

que o ideal seria que o Governo conseguisse fazer um ajuste fiscal equivalente a 8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) — gerando cerca de 30 bilhões de dólares. No entanto, disse, se conseguirmos um ajuste de 5 por cento do PIB (7,5 bilhões) já seria suficiente, mas seria impossível com as atuais limitações orçamentárias e constitucionais.

Simonsen disse que a política econômica do Governo Sarney se limitou a "fazer um programa de desajuste". O Brasil tinha um superávit fiscal de 13 bilhões de dólares em 1984 e sua economia estava crescendo com uma inflação de 10 por cento ao mês. Desde 1985 a carga tributária bruta caiu, as despesas dos governos Federal, estaduais e municipais aumentaram, perdemos fontes de financiamento externo e ampli-

amos as transferências de recursos para o exterior, além de reduzir os investimentos e aumentar as remessas de lucros.

LANGONI

Já o economista Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central, disse que o modelo de crescimento com endividamento liderado pelo Estado esgotou-se nos anos 80 e o Estado não tem mais condições de comandar esse processo.

Para Langoni, a saída da crise nos anos 90 está em o Brasil conquistar um lugar ao sol no mercado internacional, com o combate à inflação sendo pré-requisito às reformas econômicas, de curto e longo prazo. Essas reformas são coordenadas no tempo, disse, e a ordem dos fatores altera o produto: um choque fiscal; um duro aperto monetário que inclui fazer reformas institucionais para dar ao Banco Central poderes para fazer uma política monetária independente; reestruturação do setor público, desregulando e privatizando; associar as reformas internas às do comércio exterior com um processo de liberação, o fim dos controles às importações e a liberação do câmbio; e uma política referente às divisas externa e interna que seja crível. Sem credibilidade, acrescentou Langoni, não se conseguirá nada e insinuar calote ou moratória não dá credibilidade.